

Da norma da língua sob a perspectiva da linguística

Alexandra Soares Rodrigues*

O tema que é anunciado no título – “Da norma da língua sob a perspectiva da linguística” – suscita dois problemas. O primeiro está enunciado no próprio título: sendo a linguística uma ciência, está fora do seu escopo uma perspectiva normativa sobre as línguas. Por isso, o tema anunciado é uma falsa questão. Para a linguística não existe um “bom português” e um “mau português”. Quando utilizamos as designações de “bom português” e de “mau português”, referimo-nos às classificações que, numa determinada época, não só a gramática tradicional, mas também os próprios falantes fazem dos usos da sua língua em “correcto”/ “incorrecto”, não de acordo com os parâmetros que regem internamente a arquitectura da língua, mas de acordo com a ideia de estado puro ou impuro da mesma. Estamos a fazer referência, por exemplo, à tentativa de correcção de falantes que não fazem a distinção entre /b/ e /v/, e por isso dizem *vala* e *bala* como [balə], por parte de falantes que fazem a distinção entre /b/ e /v/ e por isso dizem [valə] e [balə]. Mas estamos a incluir também nesta temática a oscilação entre, por exemplo, *hão-de* e *hadem*, entre *tu leste* e *tu lestes*, entre *lê-lo-ei* e *lerei-o*, etc. Por parte da linguística, ciência que estuda as línguas e a linguagem, estas formas são encaradas com a mesma objectividade. Não há formas boas e formas más. A linguística analisa as formas que existem em cada língua; não apenas as que numa determinada época e numa determinada comunidade são encaradas como correctas; assim como também não tem como objectivo fazer desaparecer as que nessa mesma época e nessa mesma comunidade são tidas como incorrectas. Assim sendo, como já dissemos, esta é uma falsa questão, o que significa que podemos dar a sessão por encerrada.

Mas o propósito que aqui nos traz consiste justamente em explicar por que razão a linguística encara todos esses usos da língua como iguais e não através de juízos de valor. Nesse sentido, tentaremos mostrar que essas formas que a gramática tradicional considera erros não pertencem todas ao mesmo tipo. Por outro lado, procuraremos explicar que dizer que para a linguística não existe um português correcto não é dizer que toda e qualquer realização do português é gramatical.

* CELGA – Universidade de Coimbra; ESE – Instituto Politécnico de Bragança.

O segundo problema suscitado pelo tema é um problema externo e tem que ver não com a linguística em si, nem com a norma em si, mas com o facto de irmos questionar a norma neste espaço, que o liceu é, de transmissão não apenas de saber, mas de normas sociais, entre as quais são incluídas as da língua. Esperamos que esta conferência não sirva de desculpa aos alunos e também aos professores, ou a qualquer elemento do público, para dar erros ortográficos, que esses, sim, são erros verdadeiros, a partir do momento em que temos um acordo ortográfico. O primeiro, que é uma “reforma ortográfica”, surge em 1911 (Castro & Leiria, 1987). Até então as grafias eram divergentes, o que significa que o mesmo autor, no mesmo texto, podia escrever a mesma palavra de maneiras diferentes.

Mas a ortografia em si mesma não é objecto da linguística. A escrita relativamente à língua é secundária. Quer na história de qualquer língua, quer na vida de qualquer indivíduo, a escrita vem sempre depois. Se chegar a vir. Há línguas que não conhecem a escrita e não é por isso que deixam de ser línguas; assim como há pessoas que não conhecem a escrita e não é por isso que não sabem falar. A língua é, em primeira instância, um produto da oralidade; a escrita decorre de necessidades extralinguísticas. Não estamos com isto a declarar que a grafia não representa qualquer tipo de interesse para a linguística. Em primeiro lugar, se é a língua que comanda a escrita e não a escrita que comanda a língua, embora haja exemplos contrários, mas que são ínfimos, sempre que há uma reforma ortográfica, quer se opte por soluções etimologizantes quer por soluções fonéticas, deverão ser aqueles que analisam as estruturas fonéticas, fonológicas e morfológicas da língua e os que estudam a história dessa língua a laborar nessa reforma. Em segundo lugar, e agora mais interessante, é através da análise de erros ortográficos que conhecemos estados pretéritos das línguas. Por exemplo, em relação ao latim, ao lado de gramáticas normativas que dão conta da maneira como se deveria dizer uma palavra e como não se deveria dizer – o que significa que a forma tida como incorrecta correspondia ao que era dito na realidade – , textos com grafias não coincidentes com a do latim clássico mostram não só palavras próprias de registos não formais – aquilo que é designado tradicionalmente por latim vulgar (Haadsma & Nuchelmans, 1963) –, mas também pronúncias encaradas ou como desviantes ou como novas relativamente às quais foi necessário, ao longo da história das línguas românicas, criar novos grafemas, ou acerca das quais os velhos grafemas mostram novas pronúncias.¹ Com isto queremos dizer que a ortografia não é objecto da linguística em si

¹ A propósito dos contributos que a análise das grafias medievais comporta para a compreensão das distinções entre latim e romance, vejam-se Wright (1989) e Wright (1996).

mesma, mas pode ser um auxílio de análise de diferentes estados das línguas. Em suma, quando falamos aqui de norma não estamos a falar de ortografia, mas da oralidade.

O segundo problema desta temática, como anunciado no início, tem que ver com o aparente paradoxo de vir mostrar a norma à luz da linguística numa escola secundária, cujo papel de uniformização, normalização de comportamentos sociais, dentro dos quais está a língua, é necessário. À escola cabe, de facto, mostrar ao aluno que existem formas mais e menos prestigiantes de uso da língua e que a adequação dessas formas está dependente de cada situação de uso. O objectivo desta conferência não consiste na pretensão de desvincular a escola da sua obrigação de imposição da norma da língua, nem na anulação dessa norma. Consiste antes na tentativa de mostrar o modo diferente como uma ciência – a linguística – encara fenómenos das línguas que, sob a perspectiva da gramática normativa, são relegados para o campo das formas a evitar, porque classificados negativamente. Procuraremos mostrar, pois, não quais são as formas “erradas”, mas como é que são produzidas essas formas. A compreensão de que a norma é estabelecida, muitas vezes, de modo arbitrário e de que os processos de constituição de formas “erradas” estão, afinal, de acordo com os parâmetros de arquitectura da língua leva-nos a entender por que razão, para a mesma língua, formas consideradas correctas numa determinada época ou num determinado território são consideradas incorrectas ou desviantes noutra época ou noutro território.

A maioria dos usos que caem na rede da classificação correcto/incorrecto, bom português, português puro não se encontra parametrizada na arquitectura da língua. Na verdade, dentro dessas formas há que distinguir pelo menos dois tipos de usos considerados como desviantes. Embora já o tenhamos enfatizado, recordamos que essa classificação em usos de “bom português” e “mau português” não é feita pela linguística, mas pela gramática tradicional normativa e pelos próprios falantes. Os dois tipos de usos dos “desvios” que aqui trataremos são: 1) dialectais e 2) diastratais (Coseriu, 1981).

Começamos pelos usos dialectais. É preciso esclarecer que tradicionalmente se designava por dialecto uma língua minoritária; a linguística chama dialecto a qualquer variante da mesma língua circunscrita geograficamente. Ou seja, no Minho ou no Algarve fala-se português. Mas esse português tem variações que são os dialectos. Estamos então a distinguir usos da língua que não são uniformes ou que não são comuns a todos os falantes de português, mas que estão circunscritos a regiões – traços dialectais –, de usos que fogem

à norma padrão, mas que não são dialectais, sendo antes diastratais, ou seja, próprios de determinados estratos sociais.

Relativamente aos dialectos, ainda é vulgar ouvir as pessoas perguntar onde é que se fala bom português, questão para a qual surgem de imediato as hipóteses já habituais:

- a) em Coimbra, por causa da universidade;
- b) em Lisboa, porque é a capital;
- c) em Trás-os-Montes, porque devido ao seu atraso é a região mais conservadora e o que está mais perto da fonte é mais puro;

Argumentos diferentes admitem soluções diferentes. Estranho é que outras regiões do país ou do mundo lusófono não emirjam como detentoras do bom português à falta de argumentos que o sustentem. A resposta para a questão “qual a região onde se fala o bom português” é simples: são todas e não é nenhuma. Em todas as hipóteses que os falantes lançam há explicações que não têm que ver com a língua, ou seja, com a arquitectura interna da língua, mas com factores extralinguísticos, como políticos, sociais, culturais. Essas explicações fundam-se num determinado tipo de poder, conforme a região em causa, que é muitas vezes simbólico. No caso de Coimbra é o poder simbólico do saber, que hoje parece estar a perder preponderância em relação a outros tipos de poder. Coimbra seria o local de resguardo do bom português, devido ao peso da universidade. Nesta delimitação geográfica, perpassa também uma delimitação diastrática. A ideia de que o bom português está reservado aos falantes cultos é causa da fronteirização da região de Coimbra como exemplo do bom português. No entanto, um argumento deste tipo é questionável e facilmente derrubável. A ideia de que os estudantes e os professores de Coimbra, oriundos desde sempre de vários sítios de Portugal, mal passassem a Porta Férrea ficariam a falar à Coimbra é, no mínimo, estranha. Ainda mais estranha é a ideia de que todos os habitantes de Coimbra, independentemente de serem escolarizados ou não, ou de serem mais ou menos cultos, falariam esse tal bom português. Já estamos a imaginar uma padeira de Coimbra a corrigir um lente originário do Porto que não se diz [põ] mas [põw]. De resto, mesmo dentro da região de Coimbra encontramos ocorrências fonético-fonológicas que os falantes pensam próprios do norte, como o [b] como única consoante oral vozeada labial².

□ Para a fronteira entre /b/ ≠ /v/ e /b/, veja-se Cintra (1995).

A mesma falibilidade de argumentos é constatada se focarmos a hipótese de Lisboa deter o “bom português”, ou seja, o português não marcado dialectalmente, sobretudo nos níveis lexical e fonético. O tipo de poder que serve de argumento para esta hipótese é de carácter político-administrativo. Contudo, a ideia de que o português de Lisboa é neutro, no sentido de não ser marcado sob o ponto de vista regional, é falsa. Basta ouvirmos o senhor Presidente da República que diz, inclusivamente em situações formais, [uʃor], por [usɨjor], [uʃɐpatuʃ], por [uʃsɐpatuʃ], [mniʃtru] e [vziɲu], por [miniʃtru] e [viziɲu], etc. Estas marcas denunciam a região de origem do falante, pelo que também em Lisboa, como de resto em qualquer região, existem traços dialectais.

Quanto à ideia de que o bom português se localiza em regiões mais arcaizantes, trata-se de uma ideia romântica, que considera que, quanto mais as línguas mudam, mais se afastam da fonte pura da língua que lhes deu origem. No entanto, muito antes do Romantismo, no Renascimento Humanista, os primeiros gramáticos da língua portuguesa esforçam-se por provar a superioridade desta língua relativamente ao castelhano, por exemplo, advogando que o português está mais perto do latim. Com esse intuito, está em moda na época a construção de textos em verso cujas palavras em termos formais tanto podem ser portuguesas como latinas. Vejam-se os versos integrados por João de Barros no *Dialogo em louuor da nossa linguagem* (1540). A defesa do português como língua mais próxima da latina encontra especial relevo no *Dialogo em louuor da lingua portuguesa* (1574) de Pêro de Magalhães de Gândavo, onde o autor apresenta um português e um castelhano num duelo linguístico em que cada um mostra as semelhanças da sua língua com o latim.

Assim, formas mais próximas do latim são tidas como mais puras. E aqui começa a ver-se a arbitrariedade destas escolhas do bom português. Se pensarmos em algumas consoantes do português, vemos que nem sempre o que está mais próximo do latim, ou seja, o que está mais próximo da fonte, coincide com o que é tido como uso prestigiante do português. A (não) oposição entre as consoantes /b/ e /v/ é disso exemplo, assim como as sibilantes apicais, em *passo* e *casa*, que continuam a existir em alguns dialectos do português. Analisemos, pois, a história destas consoantes, para que mais facilmente possamos dar conta da arbitrariedade da norma. As informações diacrónicas relativas às consoantes sibilantes e às labiais do latim e das línguas românicas aqui tratadas foram

colhidas em Niedermann (1953), Teyssier (1993), Mattos e Silva (1991), Maia (1986) e Menéndez Pidal (1999).

Em latim, só existia uma sibilante simples, que era não-vozeada e cujo ponto de articulação era apical ([ʃ]). Essa sibilante correspondia à representação gráfica de < s >. A grafia de < c > seguida de < i > ou < e > correspondia à consoante oclusiva [k]. É essa sibilante apical que chega ao português, onde se desenvolve, a par da consoante não-vozeada, uma vozeada em contexto intervocálico ([z]). No português arcaico, até ao séc. XIV, a produção das sibilantes em palavras como *passo* e *coser* é apical. Paralelamente, na mesma época, há duas sibilantes africadas – [ts] e [dz] – provenientes de oclusivas latinas, que correspondem, respectivamente, às grafias < ç > e < c > seguido de < i > ou de < e >, e [z]. Assim, em *paço* (< PĀLĀTĪUM) a grafia < ç > corresponde foneticamente a [ts] e em *fazer* (< FACĒRE) a grafia < z > corresponde ao som [dz]. O quadro 1 esquematiza estes dados.

Português arcaico até ao séc. XIV	
[ʃ] - <i>passo</i>	[ts] - <i>paço</i>
[z] - <i>coser</i>	[dz] - <i>cozer</i>

Quadro 1. Sistema de sibilantes do português arcaico até ao séc. XIV

Ainda durante a fase arcaica do português, a partir do séc. XIV mantém-se o sistema de quatro sibilantes, mas as africadas simplificam-se e passam a [s] e [z] predorsais, como esquematizado no quadro 2.

Português arcaico a partir do séc. XIV	
[ʃ] - <i>passo</i>	[s] - <i>paço</i>
[z] - <i>coser</i>	[z] - <i>cozer</i>

Quadro 2. Sistema de sibilantes do português arcaico a partir do séc. XIV

Antes de avançarmos nesta visão das sibilantes do português, é necessário observarmos o modo derivativo das oclusivas do latim até às sibilantes simples grafadas em português com < z >, < ç > e < c > seguido de < i > ou < e >. Como o nosso intuito nesta

conferência não é o de oferecer uma descrição cabal de todos os mecanismos de formação destas sibilantes, deter-nos-emos em exemplos de palavras que sirvam de paradigma para essa evolução, mas não nos preocuparemos em explicar todas as origens e todos os contextos de derivação para estas consoantes. O quadro 3 mostra esquematicamente diferentes fases evolutivas entre as oclusivas posdorsais do latim, seguidas de vogais anteriores, até às fricativas predorsais do português.

[ki] / [ke] do latim > [s] ou [z] do português
CĒNA > <i>ceia</i> [k] > [ky] > [tʃ] > [ts] > [s]
FACĒRE > <i>fazer</i> [k] > [ky] > [tʃ] > [ts] > [dz] > [z]

Quadro 3. Evolução da oclusiva [k] do latim em contexto de palatalização até às fricativas do português [s] e [z] em contextos de não-vozeamento e de vozeamento.

Que o resultado evolutivo destas derivas fonéticas dentro das línguas românicas não foi o mesmo é mostrado pelo quadro 4. Mais uma vez, os dados que constam do quadro não apresentam todos os resultados de evolução, nem todas as fontes de evolução destes fenómenos para cada uma das línguas.

Italiano [k] > [ky] > [tʃ] (<i>cena</i>)
Castelhano [k] > [ky] > [tʃ] > [ts] > [θ] (<i>cena</i>)
Português [k] > [ky] > [tʃ] > [ts] > [s] (<i>ceia</i>)

Quadro 4. Resultados da evolução da forma CĒNA do latim para o italiano, o castelhano e o português.

Regressando à questão do sistema de sibilantes do português, no séc. XVI, começa a haver uma neutralização das oposições entre os membros dos pares não-vozeados ([ʃ] e [s]) e os membros dos pares vozeados ([z̃] e [z]). Essa neutralização é gradual e ainda não está completa actualmente, visto subsistirem zonas que mantêm o sistema de quatro sibilantes. É possível estabelecer geograficamente, e de forma muito esquemática, uma divisão norte/sul entre as realizações predorsais das sibilantes e as realizações que mantêm as apicais ao lado das predorsais, a partir do séc. XVI (Quadro 5). Obviamente, hoje o sistema de quatro sibilantes está confinado a redutos geográficos de pequena extensão.

A partir do séc. XVI	
Sul	
[s] – <i>passo</i>	[s] – <i>paço</i>
[z] – <i>coser</i>	[z] – <i>cozer</i>
Norte	
[ʃ] – <i>passo</i>	[s] – <i>paço</i>
[z̃] – <i>coser</i>	[z] – <i>cozer</i>

Quadro 5. Esquema dos sistemas de sibilantes do português a partir do séc. XVI.

Na região de Bragança, em zonas mais rurais, subsistem ainda hoje as quatro sibilantes que pertenciam à norma do português entre os séculos XIV e XVI. A produção de *passo* e *coser* com articulação apical está mais próxima do latim, mas é tida socialmente como uma pronúncia menos prestigianete. O que hoje é tido como desviante era no séc. XVI tido como norma e a sua não realização é que era desviante. Disto dá mostra Pêro Magalhães de Gândavo (1574): «[não] terão licença de pôr c, em lugar de s, nem s, em lugar de z, nem z em lugar de s, nem s, em lugar de z, nem z, em lugar de s, nem s, em lugar de c, porque na verdade seria corromperem a verdadeira pronúncia dos vocabulos, & muitas vezes significar hũa cousa por outra; assi como, passos que se escrevem com dous ss, quando significão os que se dão com os pés, & paços quando se entendem pellas casas reaes com ç. [...] he forçado que todos os escrivães [...] conheção ao menos a differença que ha na pronúncia de c, ao s, & do s, ao z [...].».

Na época, a oscilação encontrada entre as grafias referidas pelo autor dá conta da expansão da neutralização da oposição fonológica e, em simultâneo, da não distinção articulatória entre as sibilantes apicais e as predorsais. A história do sistema de sibilantes do português mostra a não coincidência entre a norma da língua em épocas diferentes e entre a norma da língua e os estados respeitantes ao latim.

O mesmo tipo de não coincidência entre a norma actual do português europeu e as realizações articulatórias que estão mais próximas do latim encontra-se noutras consoantes. É o caso das labiais vozeadas do português. A norma do português inclui a oposição entre a oclusiva bilabial /b/ e a fricativa lábio-dental /v/. No entanto, existem dialectos do português europeu onde só existe a labial oclusiva /b/. No sistema do latim clássico, a consoante [v] não existia. Em latim, a única vozeada labial simples é [b]. A partir do séc. I d.C. começam a aparecer duas fricativas labiais decorrentes dos mesmos contextos. Essas novas consoantes, uma bilabial [β] e outra lábio-dental [v], resultam de contextos em que a semivogal velar [w] e a consoante oclusiva [b], por estarem junto de soantes como vogais, semivogal palatal, vibrante simples, consoantes nasais e laterais, se transformam em fricativas (Niedermann, 1953: 87-89 e 110-111). O quadro 6 mostra alguns desses contextos de fricatização em [v] e [β]. Onde se apresenta uma só forma em língua romance, essa língua é o português; onde se apresentam duas a primeira é do português e a segunda do castelhano. O quadro deixa perceber a dupla derivação através da oscilação entre as grafias < v > e < b >. Repare-se que em qualquer forma do castelhano padrão, independentemente de ser escrita com uma ou outra grafia, a solução fonética é sempre [β]. Em português padrão, o resultado desta derivação foi [v], enquanto em dialectos não coincidentes com a localização geográfica de que provém a norma foi [β].

[w] – LAVĀRE > <i>lavar</i> ; VASCŌNES > <i>bascos /vascos</i>
V [b] V – HABĒRE > <i>haver / haber</i>
[r w] – SERVVM > <i>servo</i>
[w j] – PLŮVĪAM > <i>chuva</i>
[b r] – LIBRVM > <i>livro / libro</i>

[r b] – HERBAM > <i>erva / hierba</i>
> [v] ou [β]

Quadro 6. Alguns contextos de desenvolvimento de [v] e [β] a partir da semivogal [w] e da oclusiva [b] do latim.

Por se tratar de dois resultados fonéticos diferentes decorrentes dos mesmos contextos, dessa evolução ressalta a oscilação dentro da mesma língua românica, mas de acordo com isoglosas bem definidas, entre [v] e [β]. Uma divisão esquemática norte/sul da Península Ibérica deixa compreender que a influência dos sub e superstratos linguísticos contribuiu para o estado actual da norma quer do castelhano quer do português. No norte da Península Ibérica, durante a Idade Média, a fricativa labial decorrente dos contextos analisados no quadro 6 era [β], enquanto no sul era [v]. Durante a Idade Média, em português, existiam dois sistemas diferentes de consoantes labiais vozeadas (Maia, 1986: 472-485). No norte, o fonema /b/ opunha-se ao fonema /β/; enquanto no sul, o fonema /b/ se opunha ao fonema /v/. A solução [β] no norte tem sido apontada como decorrente de um substrato linguístico primitivo da Península Ibérica, de que é ainda hoje testemunho a língua basca. Em basco, não existem fricativas labiais como [v] ou [f]. Esta ausência estará na origem da evolução em castelhano de sons grafados com < f > para um som aspirado grafado com < h >, que resultou em emudecimento (e.g. *hechizo, hembra*). Esta opção gráfica de < h > é iniciada na zona da Cantábria e a partir daí estende-se a Castela. Já a opção por [v] em zonas sul da Península Ibérica terá sido influenciada pelo superstrato árabe, língua onde ocorriam e ocorrem estes tipos articulatorios (Maia, 1986: 472-485).

Devido à fraca força de oposição entre os dois fonemas bilabiais existentes no sistema do norte, foi-se dando uma neutralização dessa oposição, que conduziu ao estado actual em que se encontra essa faixa norte, ou seja, à existência de apenas um fonema vozeado labial, que é /b/. Emergindo a norma para o português europeu da região sul para a região norte, o sistema /b/ ≠ /v/ é encarado mais prestigiante relativamente ao sistema em que só existe /b/ que é tido como menos prestigiante. Contudo, se analisarmos a situação de outras línguas românicas da Península Ibérica, observamos que em castelhano, em galego, em catalão, em asturiano, em mirandês e em catalão a norma apenas inclui a labial /b/, excluindo ocorrências de /v/ ≠ /b/. Em castelhano a realização desta oposição ocorre

dialectalmente em regiões do sul, enquanto nas línguas cuja disposição geográfica não ultrapassa descendentemente a linha norte/sul não existe essa realização. Como se constata, geograficamente, há uma unidade na Península Ibérica: falantes do sul, independentemente da língua, realizam /v/ ≠ /b/, enquanto falantes do norte, independentemente da sua língua, realizam apenas /b/. O mais interessante é que em castelhano, porque a norma da língua se estende de norte para sul, é prestigiante o que em português é pouco prestigiante e vice-versa. Assim se observa a arbitrariedade da norma quanto aos parâmetros internos das línguas e a sua dependência de factores de carácter cultural, político, em suma, extralinguístico.

Fechando o tema das consoantes, apresentamos uma síntese no quadro 7.

Castelhano europeu	Português europeu
Norma: norte → sul	Norma: sul → norte
/b/ <i>vello = bello</i>	/b/ ≠ /v/ <i>velo ≠ belo</i>
/s/ ≠ /θ/ <i>paso ≠ pazo</i>	/s/ <i>passo = paço</i>

Quadro 7. Oposições fonológicas e sua ausência entre labiais vozeadas e entre sibilantes em português e castelhano europeus contemporâneos.

O quadro 7 deixa ainda entender que um argumento que estipule que são pertença do “bom português” ou do “bom castelhano” as realizações fonéticas que permitam maior poder de distintividade na língua é falso. Se assim fosse, as duas línguas em causa conteriam como formas da norma as duas oposições, o que não acontece.

Como é possível que, em línguas irmãs, o que é norma numa seja considerado desvio noutra e vice-versa? O estabelecimento da norma provém de juízos de valor que partem do princípio de que há grupos de falantes que detêm o bom uso da língua, através da conjugação de poderes simbólicos.

Podemos argumentar que estamos a comparar línguas diferentes e que a comparação não é válida. Todavia, mesmo dentro da mesma língua, a mesma realização pode ser encarada como prestigiante num dialecto e menos prestigiante noutro.

A vogal da sílaba acentuada de formas como *grelha, tenho, cereja*, etc. é produzida na cidade de Bragança com [e]. Em algumas aldeias de Bragança a vogal é produzida como [ɐ]. Essa pronúncia com vogal central semi-aberta é tida na cidade como menos prestigiante, apesar de ser coincidente com a norma padrão. Por sua vez, a forma com [e] é desviante em relação à norma padrão do português europeu. Mas na zona de Cascais a forma prestigiante é [e]. Também no século XIX, a forma prestigiante era [e] e não [ɐ]. Disto dá conta José Inácio Roquette (1845): «É muito frequente entre a gente ordinária de Lisboa mudar o *e* em *a* nalgumas palavras: dizem *panha, lanha* por *penha, lenha*.».

Que os dialectos e mesmo as línguas são classificados pelos falantes como mais e menos prestigiantes é demonstrado pelo uso familiar e rural a que estava devotado o mirandês. Aliás, em mirandês falar português é falar fidalgo. O mesmo se passou durante séculos com o galego em Espanha. O galego resulta duma ramificação do galego-português no fim da Idade Média. Os dois ramos resultantes dessa divisão seguem percursos distintos, como testemunha Vázquez Cuesta (2002: 5-6): «Com a expansão ultramarina lusa dos séculos XV e XVI, um destino imperial estará reservado ao segundo dos ramos, que – fixado já como idioma moderno – se espalha pelos cinco Continentes e se multiplica em variantes nacionais e em crioulos. Pelo contrário, o primeiro deles – sacrificado na região situada entre Minho e Douro à unidade linguística da pátria portuguesa – teria de manter, na actual Galiza, uma luta tão desigual com a luta do poder alienígena, o qual desde finais do século XV se empenhava em subjugar a nossa terra, que a sua sobrevivência quase parece milagre.». Aliás, a imposição do castelhano – «la lengua compañera del imperio» veiculado por Nebrija (1492) – conduz a que as restantes línguas da Península Ibérica dominada por Castela fiquem devotadas a uso não culto, não oficial, mas sim a usos rurais, familiares, não permeáveis à introdução de novos vocábulos relacionados com os domínios do saber e da cultura. O galego-português do território de Portugal, com as alterações provenientes da zona meridional, porque língua da corte, adaptou-se aos usos cultos; o galego-português do território da Galiza ficou estacionado no tempo. Repare-se mais uma vez que, estruturalmente, dentro da língua, nada existe que faça com que essa língua seja boa ou má. O carácter mais ou menos prestigiante que lhe é devotado está dependente de circunstâncias sociais, políticas, exteriores à língua.

O próprio latim, imagem de língua de cultura quando em paralelo com as línguas romances, era nos seus primórdios uma língua rústica. O pouco prestígio do latim é

percebido pela preferência de uso do grego como língua de cultura, durante a última fase da República. Esta preferência conduziu à introdução de estruturas linguísticas gregas no latim. Dessas estruturas, queremos aqui destacar a introdução de consoantes aspiradas, inexistentes em latim (Niedermann, 1953: 84-86 e 99-100). Essa opção fonética resultou em fenómenos de hipercorreção, ridicularizados por exemplo por Catulo no epigrama «Chommoda dicebat, si quando commoda uellet / dicere, et insidias Arrius hinsidias».

Sem fazermos uma tradução do epigrama, resumimos o seu conteúdo: Arrio dizia “chomodidades” quando queria dizer “comodidades” e “hemboscadas” quando queria dizer “emboscadas”. Esse era em traço articulatorio de família. Numa altura, Arrio foi enviado para a Síria e toda a gente ficou descansada por pensar que ia deixar de ouvir esses sons aspirados. Mas um dia chega a notícia de que, ao passar pelo mar Jónio, as suas ondas passaram a ser Jhónias.

É com o poder do Império Romano que o latim adquire também o poder de língua de cultura. E é também com esse Império que o latim se vai desmembrando e dando origem às línguas românicas. O percurso de passagem de um sistema linguístico a outro é feito através de mutações ocorrentes nas estruturas da língua-mãe, que não são controláveis pelos gramáticos.

É conhecido de todos um importante documento que mostra as transformações por que o latim estava a passar no séc. III d.C. Trata-se do *Appendix Probi*, que consiste numa lista de palavras correctas e a sua versão incorrecta em latim. A necessidade de correção mostra o que era dito na realidade, mas que era sentido como uma fuga à norma. Não se vão mostrar formas inventadas, mas as que são ditas na realidade. Não passa pela cabeça de nenhum gramático fazer uma lista a dizer: diz-se *tu fizeste* não *tu fizester*; diz-se *eles hão-de* não *eles dehão*. Mas já é possível *tu fizeste* não *tu fizestes*; *eles hão-de* não *eles hadem*. Portanto, o *Appendix Probi* mostra formas que eram de facto produzidas pelos falantes. O interesse dessas formas para o estudo das línguas românicas e da sua relação com o latim advém do facto de esses vocábulos desviantes ostentarem marcas fonéticas e morfológicas detectáveis nas línguas românicas. O quadro 8 apresenta algumas dessas formas. As formas da direita ostentam marcas que permitem uma maior identificação entre elas e as formas correspondentes do português.

<i>Appendix Probi</i>
<i>Calida non calda</i>
<i>Auris non oricla</i>
<i>Oculus non oclus</i>
<i>Persica non pessica</i>
<i>Mensa non mesa</i>
<i>Riuus non rius</i>
<i>Rabidus non rabiosus</i>
<i>Nouiscum non noscum</i>
<i>Vobiscum non uoscum</i>

Quadro 8. Algumas formas integrantes do *Appendix Probi*.

Para além de outras informações de carácter linguístico, a lista mostra que a norma de uma língua está circunscrita espacial e temporalmente. Este tipo de circunscrição é válido dentro da mesma língua. A observação do quadro 9, que contém excertos de uma lista, elaborada por Duarte Nunes de Leão (1576), de palavras na sua versão “correcta” e na sua versão “incorrecta” correspondente ao uso do português no século XVI, enfatiza, mais uma vez, a dependência da norma de factores prescritivos baseados em juízos de valor e não na própria intrinsecidade da língua.

Duarte Nunes de Leão, <i>Reformação de algũas palauras que a gente vulgar vsa & screue mal, 1576</i>	
Erradas	Emendadas
<i>acolá</i>	<i>aquolá</i>
<i>cinco</i>	<i>cinquo</i>
<i>como</i>	<i>quemo</i>
<i>despeçome</i>	<i>despidome</i>
<i>joelhos</i>	<i>giolhos</i>
<i>mulher</i>	<i>molher</i>

Quadro 9. Algumas palavras listadas em Duarte Nunes de Leão (1576).

Repare-se que as formas que Duarte Nunes de Leão apresenta como emendadas são hoje tidas como erradas, assim como as que no séc. XVI eram colocadas na categoria de erros correspondem hoje às formas prescritas pela norma. Isto permite-nos compreender que a evolução ocorrente em termos temporais dentro de cada língua é feita paulatinamente através da gradual instalação no uso dessa língua de formas que a princípio são sentidas como desviantes e cuja extensão acarreta, finalmente, o ganho do estatuto de norma.

Outra ideia relacionada com a preservação da pureza da língua tem que ver com a proibição, por parte de atitudes puristas, de introdução de novos vocábulos, quer em termos de estrangeirismos quer em termos de formação neológica dentro da própria língua, ou seja, através dos recursos genolexicais existentes na língua em causa. Esta é uma atitude sem solução de continuidade desde as primeiras gramáticas do português até às contemporâneas de carácter normativo. Contudo, esta atitude não é visível somente nas gramáticas, pois emerge dos próprios falantes, embora daí ressalte a postura contraditória de prescrição de algo e de uso do seu contrário. Este escudo que, em vão, se pretende colocar à volta da língua, mas também dentro da própria língua, tem que ver com a defesa do que é português.

Tal como nos argumentos a favor de uma ou outra pronúncia, também no campo da defesa do léxico encontramos incongruências. Em primeiro lugar, seria necessário que cada língua fosse criada a partir do nada. Porque mesmo em relação à produção de latinismos há a tendência para a rejeição (Oliveira, 1536). Mas não se rejeita apenas o que é decalque de outra língua, mesmo de língua mãe ou irmã, mas também o que é produzido à luz dos parâmetros do português. Ou seja, rejeita-se não apenas aquilo que é estrangeiro, mas aquilo que é novo. Mas começamos com os estrangeirismos.

A provar que os estrangeirismos são rejeitados não porque são estrangeirismos, mas porque são novidades, temos a não estranheza de palavras como *açúcar*, *luva*, *batata*, *ceroula*, *água*, *castelhano*, *azeite*, *bar*, *café*, *chocolate*, *pirilampo*, *radar* e a estranheza de *clicar*, *mailar*, *stand*, *baguete*, *briefing*, *workshop*. As formas não estranhadas são estrangeirismos, tendo sido introduzidas em fases várias da língua e a partir de vários sistemas linguísticos.³ Assim, do árabe foram introduzidos *açúcar*, *ceroula*, *azeite*; do gótico *luva*; do taino *batata*; do próprio latim na época do Renascimento Humanista *água* (Maia, 1999: 93); do castelhano a forma *castelhano* que viria substituir *castelão*; do inglês *bar* e *radar* da siglação de ‘radio detecting and ranging’; *café*, forma de origem árabe que

³ Para as etimologias das formas apresentadas, veja-se Corominas & Pascual (1991).

chega ao turco e deste ao italiano que a introduz nas restantes línguas europeias; *chocolate* do nauatle, uma língua azteca. A propósito de *pirilampo* refere Bluteau (1712-1728) que «Nas conferencias Academicas, que se fizeram no anno de 1696 na livraria do Conde da Ericeira, foy proposto, se ao insecto luzente vulgarmente chamado *cagalume* se daria em papeis, ou discursos serios, outro nome mais decoroso, como v.g. Pirilampo à imitação de Plinio Histor. que chama a este insecto *Lampyris*, nome composto de *Lampas* que em grego val o mesmo que *Tocha*, e *Pyr* que quer dizer *Fogo*.».

Comparando estas formas provenientes de outras línguas com vocábulos oriundos do latim através da evolução a que tradicionalmente se chama “via popular”, como *mesa*, *rosa*, *cavalo*, *terra*, *boca*, *céu*, *pão*, *noite*, *rio*, *mão*, *caldo* ou *chuva*, concluimos que o falante que não tem informação de carácter etimológico não distingue os lexemas “estrangeiros” acima elencados destes lexemas “não estrangeiros”.

De outro modo, comparando estrangeirismos como *mailar*, *clicar*, *stand*, *baguete* ou *workshop* com vocábulos passíveis de formação intrínseca ao português, por existirem nesta língua os recursos genolexicais aí dispostos, como *visualizar*, *monumentalização*, *intrinsecidade*, *cavaquização* ou *gelificacionamento*, obtém-se por parte dos falantes a mesma sensação de estranheza relativamente a uns e a outros. O que é rejeitado não é apenas a introdução de vocábulos provenientes de outras línguas, mas também a criação de vocábulos novos através dos mecanismos existentes no português. O que é rejeitado não é somente o que é estrangeiro, mas o que é estranho, onde cabe igualmente aquilo que é novo.

A postura aguerrida contra os estrangeirismos emerge já em Fernão de Oliveira (1536), que, no entanto, conclui, citando Quintiliano, que «verdade he que nam ha cousa tam aspera que o uso não abrande.» Durante o Renascimento Humanista, há, no entanto, autores que defendem o uso desse tipo de vocábulos. A esta atitude responde Fernão de Oliveira: «[...] de tal feyção se aleuantão contra a nossa lingua: e a fazem pobre e toda emprestada q̃ lhe não deyxão nada proprio como se não ouuera homens na nossa terra antigos e nobres: e sabedores: mas por ventura os ossos de seus pais e auos destes que isto dizem não jazem em portugal: ou se jazem nesta terra não jazem em propria sepultura: portanto deyxemosos ficar com sua magoa acusandoos porẽ muy afincadamente: porque desfazem muito na gloria do çepetro e coroa do nosso reyno [...]. porq̃ a lingua e a vnidade della he mui çerto apellido do reyno do senhor e da irmandade dos vassallos [...].».

As palavras de Fernão de Oliveira deixam perceber que esta defesa da língua é, sobretudo, defesa da coroa. A língua como instrumento de propaganda atingira um ponto elevado em 1492 com a *Gramática castellana* de Nebrija. À luz de Roma e do latim, assiste-se durante o Renascimento Humanista à ostentação de que a língua é instrumento de expansão cultural, política e religiosa.⁴

Este tipo de propaganda faz-se à custa da demonstração de que há uma ligação directa entre a língua e os homens. Neste sentido, a defesa do reino através da defesa da língua atinge proporções que hoje nos fazem rir, quando, por exemplo, se procura demonstrar que a língua de outros reinos e, logo, esses mesmos reinos não atingem o grau de elevação da língua e do reino de Portugal. É este o objectivo das seguintes palavras de João de Barros (1540): «E pera hum Françaes formár hum seu próprio ditôgo, fáz nos beiços esguáres que póde amedrontár mininos: cousa de que hum natural orador fóge [...]. Certo assy a Françaes, como a Italiana, mais parecem fala pera molheres, que gráu pera hómães: em tão que se Catã fora uiuo, me parece se peiára de a pronunciar.». Esta referência a Catão, censor romano que, para além de deter a marca de valentia por ter combatido nas Guerras Púnicas, foi grande defensor do uso do latim, rejeitando a influência, já aqui referida, que a língua grega exercia em Roma, não é, pois, casual.

Esta panorâmica de carácter histórico permite perceber que as variações de tipo dialectal e de tipo diacrónico que atravessam uma dada língua estão confinadas a uma moldagem enformada por juízos de valor baseados em factores políticos, sociais, culturais. Nas formas apresentadas, quer de carácter lexical quer de carácter fonético-fonológico, é perceptível que não existe ruptura relativamente aos parâmetros de arquitectura das línguas em causa. Esta visão não é tão facilmente perceptível em formas cuja delimitação não é dialectal, mas diastratal. Os diastratos, como dissemos, correspondem a divisões de uso da língua de acordo com os estratos sociais. Como também fomos vendo a propósito dos dialectos, muitas vezes traços dialectais confundem-se com traços diastratais, pelo que nem sempre é possível manter os dois tipos separados. Os casos de “desvios” relativamente à norma do português europeu contemporâneo que agora iremos analisar são situáveis na esfera das diastratias. Como tal, são formas encaradas pelos falantes que as evitam como marcas da pouca escolarização ou da escassa cultura de quem as usa. O que procuraremos

⁴ Para esta visão da língua, veja-se Asensio (1974).

aqui mostrar é que, pondo de lado esses juízos de valor, essas formas estão perfeitamente de acordo com os parâmetros de arquitectura da língua.

Os casos de que falamos são: a) a ocorrência de um –s final nas formas do pretérito perfeito do indicativo na segunda pessoa do singular (*tu cantastes* em vez de *tu cantaste*); b) a incorporação de morfemas dependentes em lexemas (*hadem* em vez de *hã-de*); c) a colocação do pronome clítico à direita do verbo em estruturas etimologicamente compostas (*lerei-o* em vez de *lê-lo-ei*).

A produção de *tu cantastes*, apesar de erro à luz da norma do português actual, não suscita ruptura relativamente aos mecanismos flexionais verbais do português. O quadro 10 compara os morfemas de segunda pessoa do singular da flexão verbal do português.

Morfemas de segunda pessoa do singular	
<i>Cantas</i>	<i>cantaste</i>
<i>Cantavas</i>	
<i>Cantaras</i>	
<i>Cantes</i>	
<i>Cantasses</i>	
<i>Cantarás</i>	
<i>Cantares</i>	
<i>Cantarias</i>	

Quadro 10. Morfemas de segunda pessoa do singular nos tempos-modos simples que contêm flexão em seis pessoas.

No quadro 10 observa-se que o morfema de segunda pessoa do singular, destacado a negrito, nas flexões de tempo e modo simples que apresentam variação em seis pessoas, é -s em oito das nove formas apresentadas. Apenas na flexão de pretérito perfeito do indicativo, o morfema indicador da pessoa em destaque é -ste. Daqui se percebe que a ocorrência de formas como *tu cantastes* se deve à opção pelo paradigma pessoo-numeral, em detrimento do paradigma modo-temporal, aquando da montagem *on-line* desta forma do verbo.

Quanto à incorporação do morfema dependente *de* de *haver de* resultante em *hadem* ou *hades*, é possível observar que não é um fenómeno alheio às estruturas da língua. *Haver*

de é uma ocorrência semanticamente fixa, pelo que é natural que os falantes façam a integração dessa preposição dentro do radical verbal e coloquem os morfemas pessoo-numerais à direita desse novo radical. De resto, a integração de morfemas dependentes em lexemas ocorreu na adopção de muitos vocábulos árabes. Casos como *aletria* e *açúcar* mostram que, muitas vezes, a norma choca com a etimologia, já que ocorrências etimologicamente mais próximas da estrutura morfológica da língua árabe, como *letria* e *sucré*, usadas popularmente, são rejeitadas.

O último exemplo tem que ver com a colocação do pronome clítico à direita, em situações advogadas pela norma como mesóclises. Também aqui se observa que esses erros estão de acordo com as estruturas da língua. Em formas compostas como *tenho lido*, a introdução do pronome ocorre, de facto, no meio dos dois verbos. Assim, *tenho-o lido* e não **tenho lido-o*. A forma *lerei* é etimologicamente uma forma composta pelo infinitivo do verbo principal e o presente do indicativo do verbo auxiliar *haver*. Deste modo, e tendo em conta esse passado, a ocorrência defendida pela norma é *lê-lo-ei*. Contudo, o falante não tem já noção de que aquela forma simples corresponde, no passado, a uma forma composta. Neste sentido, avaliando morfológicamente *lerei* como forma simples, o falante coloca o pronome à direita (*lerei-o*), lugar onde, de resto, cabe a colocação em formas verdadeiramente simples como *leio-o*. O afastamento das formas simplificadas relativamente às correspondentes compostas faz-se inclusivamente sentir na diferença entre *leremos* e *ler havemos*, que seria uma correspondência actual. No entanto, o *hemos* manifesto em *leremos* é ainda hoje usado para o verbo *haver* (*hemos de ir tomar café*), dialectalmente.

Estes três exemplos mostram que, ao contrário do que é mostrado pela gramática normativa, estes “desvios” não são ocorrências caóticas ou atómicas na língua. São antes demonstrações de que existe uma arquitectura parametrizada por princípios internos da língua a funcionar.

Todos estes exemplos significam que para a linguística toda e qualquer forma que seja produzida na língua não apresenta qualquer tipo de problema? Não. A linguística põe a questão do que é gramatical ou agramatical, não do que é correcto/incorrecto. Para que uma construção seja classificada como agramatical ela tem de desobedecer à arquitectura da língua e não à norma imposta exteriormente a essa arquitectura. Por exemplo, as línguas marcam de alguma maneira a relação entre sujeito e predicado. Mas os parâmetros por que o fazem variam de língua para língua. Em português, a flexão verbal é suficientemente

explícita em termos de número-pessoa e por isso podemos prescindir do sujeito numa frase. Já em inglês, a omissão do sujeito é agramatical⁵, porque a flexão verbal em termos de marcação de pessoa é escassíssima. Na verdade, a única marca existente no inglês é o -s da terceira pessoa do singular que apenas ocorre no presente. No francês a necessidade de marcação explícita do sujeito deve-se ao facto de, ao contrário da escrita, a oralidade não apresentar distinção de realização fonética entre a primeira, a segunda, a terceira e a sexta pessoas, por exemplo, no presente do indicativo.

Uma situação de agramaticalidade para o português seria, por exemplo, a colocação dos morfemas de número e pessoa à esquerda do radical verbal. O quadro 11 apresenta essa hipótese.

Morfemas de número e pessoa à esquerda do radical verbal
<i>*ocant</i>
<i>*scanta</i>
<i>*canta</i>
<i>*moscanta</i>
<i>*iscanta</i>
<i>*mcanta</i>

Quadro 11. Agramaticalidade resultante de hipotética colocação de morfemas pessoo-numerais à esquerda do radical verbal.

Aparentemente, devido à ausência de morfema indicador de terceira pessoa do singular, a forma *canta* seria, neste quadro, gramatical. No entanto, marcámo-la como agramatical, porque o ouvinte teria de detectar essa ausência não à direita, mas à esquerda do radical do verbo. Repare-se que não há aqui qualquer possibilidade de equiparação à situação à esquerda das formas pronominais *eu, tu, ele, nós, vós, eles*, visto que, por não serem formas presas como os morfemas em análise, têm autonomia, de carácter inclusivamente acentual.

Para terminarmos, gostaríamos ainda de dar um exemplo da complexidade do sistema verbal árabe. Possuindo um sistema baseado em sequências triconsonânticas da raiz do verbo, a variação na semântica base desse verbo é construída através da inserção de

⁵ Para o inglês e para o francês, excluem-se destes casos o imperativo, visto que o interlocutor, suprimido frasticamente, está presente, sendo apontado directamente, na situação de enunciação.

diferentes traços supra-segmentais nas vogais aí introduzidas. Por exemplo, *katab* significa ‘escrever’, *kattab* ‘levar a escrever’, *kaatab* ‘corresponder-se com’, *takaatab* ‘manter correspondência com’ e *ktatab* ‘registar escrevendo’ (Spencer, 1991: 17).

Isto ilustra que os parâmetros que regem a arquitectura duma língua não são partilhados por todas as línguas, sendo de acordo com esses parâmetros que se estabelece a (a)gramaticalidade. Por outro lado, este exemplo do árabe serve para mostrar que a introdução de estrangeirismos não afecta os parâmetros da língua de acolhimento. Esta filtra o léxico que adopta de acordo com as suas próprias estruturas. Ou seja, os árabes trouxeram-nos o *açúcar*, mas não nos trouxeram o seu sistema verbal.

Em síntese, esperamos ter podido mostrar uma perspectiva diferente das formas encaradas como desvios. O propósito deste tema não era de aniquilar a norma, mas de perspectivá-la à luz de dados da ciência que é a linguística.

Bibliografia:

- Appendix Probi*. Apud: DÍAZ Y DÍAZ, Manuel (1962) – *Antología del latín vulgar*. Madrid, Editorial Gredos, pp. 46-53.
- ASENSIO, Eugenio (1974) – *La lengua compañera del imperio. Historia de una idea de Nebrija en España y Portugal*. In: *Estudios portugueses*. Paris, Centro Cultural Português/ Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 1-16.
- BARROS, João de (1540) – *Grammatica da lingua portuguesa*. Olyssipone, apud Lodouicum Rotorigiu[m].
- BLUTEAU, Raphael (1712-1728) – *Vocabulario portuguez e latino*. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu, (dez volumes).
- CASTRO, Ivo & LEIRIA, Isabel (1987) – *As reformas ortográficas: do romantismo à actualidade*. In: CASTRO, Ivo; DUARTE, Inês & LEIRIA, Isabel (org.) (1987) – *A demanda da ortografia portuguesa. Comentário do acordo ortográfico de 1986 e subsídios para a compreensão da questão que se lhe seguiu*. Lisboa, Edições João Sá da Costa, pp. 204-218.
- CINTRA, Luís Filipe Lindley (1995) – *Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses*. In: *Estudos de dialectologia portuguesa*. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 2ª edição, pp. 117-163.
- COROMINAS, Joan & PASCUAL, José (1991) – *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*. Madrid, Editorial Gredos, (seis volúmenes).

- COSERIU, Eugenio (1981) – *Los conceptos de «dialecto», «nivel» y «estilo de lengua» y el sentido propio de la dialectología*. In: *Lingüística española actual*. Madrid, Editorial Gredos, pp. 1-32.
- GÂNDAVO, Pêro Magalhães de (1574) – *Regras que ensinam a maneira de escrever a orthographia da lingua portuguesa: com hum Dialogo que adiante se segue em defensam da mesma lingua*. Lisboa; officina de Antonio Gonsaluez.
- HAADSMA, R. A. & NUCHELMANS, J (1963) – *Précis de latin vulgaire*. Groningen, J. B. Wolters.
- MAIA, Clarinda Azevedo ([1986] 1997) – *História do galego-português. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/ Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- MAIA, Clarinda Azevedo (1999) – *A herança latina na língua portuguesa*. In: *Actas do I Congresso da APEC. Raízes greco-latinas da cultura portuguesa*. Coimbra, pp. 85-98.
- MATTOS E SILVA, Rosa (1991) – *O português arcaico. Fonologia*. São Paulo, Editora Contexto.
- MENÉNDEZ PIDAL, Ramón (1999) – *Orígenes del español. Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI*. Madrid, Espasa Calpe, 11^a edición.
- NEBRIJA, Antonio de (1492) – *Gramática castellana*. Texto establecido sobre la ed. "princeps" de 1492 por Pascual Galindo y Luis Ortiz Muñoz, con una introducción, notas y facsímil. Madrid, Edición de la Junta del Centenario, 1946.
- NIEDERMANN, M. (1953) – *Phonétique historique du latin*. Paris, Éditions Klincksieck.
- OLIVEIRA, Fernão de (1536) – *Grammatica da lingoagem portuguesa*. Lixboa, e[m] casa d`Germão Galharde.
- ROQUETTE, José I. (1875) – *Codigo do bom tom ou regras da civilidade e de bem viver no XIX^o seculo*. Nova edição corrigida e consideravelmente augmentada com quatro estampas coloridas. Paris, Va. J. P. Aillaud.
- SPENCER, Andrew (1991) – *Morphological Theory*. Oxford, Blackwell Publishers.
- TEYSSIER, Paul (1993) – *História da língua portuguesa*. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 5^a edição.
- WRIGHT, Roger (1989) – *Latín tardío y romance temprano en España y la Francia Carolingia*. Madrid, Editorial Gredos.

- WRIGHT, Roger (Ed.) (1996) – *Latin and the Romance Languages in the Early Middle Ages*. Pennsylvania, The Pennsylvania State University Press.
- VÁZQUEZ CUESTA, Pilar (2002) – *O que um falante de português deve saber acerca do Galego*. Lisboa, Edições Colibri/ Cátedra de Estudos Galegos da Universidade de Lisboa.